



Câmara Municipal de Fortaleza  
**GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ**

REQUERIMENTO **4720/2013**  
/2013

Requer a transcrição nos anais desta Casa da matéria "OAB ingressará com nova ação no Supremo para rever Lei da Anistia", veiculada no jornal Folha de São Paulo em 19 de outubro de 2013.

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:**

O vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental vem mui respeitosamente à presença de V. Exa requerer a transcrição nos anais desta Casa Legislativa da matéria "OAB ingressará com nova ação no Supremo para rever Lei da Anistia" de autoria dos jornalistas Lucas Ferraz e Severino Motta.

A matéria foi publicada no jornal Folha de São Paulo em 19 de outubro de 2013, conforme recorte em anexo.

**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 21 de outubro de 2013.**

*Márcio da Cruz*  
Márcio Cruz  
Vereador - PROS

Câmara Municipal de Fortaleza  
Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Gabinete 09 – Luciano Cavalcante.  
CEP. 60.810-460 – Fone (85) 3444.8300

DEPTO. LEGISLATIVO  
RECEBIDO

21 OUT. 2013

09-58  
*[Assinatura]*  
Servidor

★  
★  
★  
FOLHA DE S. PAULO

SÁBADO, 19 DE OUTUBRO DE 2013 1

1507  
poder<sup>2</sup>

# OAB ingressará com nova ação no Supremo para rever Lei da Anistia

Para entidade, fatos novos podem agora derrubar legislação da ditadura que protege torturadores

EXÉRCITO  
Comandante diz  
que Amazônia  
é tratada como  
'colônia' do país

Pág. 4 ▶

“ Não dá  
para esquecer o  
passado. Esse  
acerto de contas é  
muito importante  
para o país

MARCOS VINÍCIUS FURTADO COELHO  
Presidente nacional da Ordem dos  
Advogados do Brasil

**Medida tem apoio das  
comissões da verdade;  
mudanças no tribunal  
e no Ministério Público  
podem reabrir o caso**

**LUCAS FERRAZ**  
DE SÃO PAULO  
**SEVERINO MOTTA**  
DE BRASÍLIA

Com o apoio das Comissões da Verdade existentes no país e entidades de direitos humanos, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai protocolar no Supremo Tribunal Federal uma nova ação questionando a Lei da Anistia.

O objetivo é utilizar uma nova argumentação para tentar anular a legislação em vigor, que impede a responsabilização de agentes do Estado e militares acusados de crimes de lesa humanidade, como os de tortura, ocorridos durante a ditadura (1964-85).

“A ação será formalizada em reunião do conselho federal da entidade no próximo dia 11”, afirmou à **Folha** Marcos Vinícius Furtado Coelho.



cos vincias Partido Ceemo,  
presidente da OAB.

Desde que o Supremo julgou em abril de 2010 uma outra ação da OAB que questionava a Lei da Anistia, pelo menos três novos fatos surgiram e serão usados como argumentos favoráveis ao reexame do tema. O último deles, na semana passada.

Em decisão inédita, o Ministério Público Federal se manifestou num pedido de extradição referente a um policial argentino, buscado em seu país por crimes de lesa humanidade, argumentando que "a pretensão punitiva não está prescrita nem na Argentina nem no Brasil".

O parecer, inédito, foi assinado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e mudou entendimento de seus dois antecessores, Roberto Gurgel e Antonio Fernando de Souza.

Há ainda a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em dezembro de 2010, pela execução de 70 guerrilheiros do Araguaia, entre 1972 e 74.

A sentença pede ainda que o Brasil identifique e puna os responsáveis pelas mortes e ressalta que a Lei da Anistia não pode ser usada para impedir a investigação de crimes do período.

Houve nesses anos, também, mudança na composição do STF, que ainda não concluiu o julgamento da Anistia: faltam ser analisados os embargos de declaração.

Três dos sete ministros da corte que decidiram pela manutenção da legislação, por considerá-la "bilateral" e fruto de um acordo político (feito sob ditadura, em 79) resultado de um "amplo debate" no país, já deixaram a Corte.

Um dos novatos, Luís Roberto Barroso, comentou durante sua sabatina ao cargo, em junho, que o julgamento da Lei da Anistia poderia ser revisto. Meses antes, Joaquim Barbosa, presidente do STF, disse o mesmo, argumento que a composição do tribunal passara por alterações.

» LEIA mais na pág. 2



ESTÁ NA  
UM NOV  
DE VIDA

65% dos paulistanos

57% estão deixando

100% querem gastar

100% desejam levar

REINVENTE-SE: EXPERI